

A Balbúrdia

Orçamentária

29. XI Raul Pilla 57

TODOS os anos assiste-se à mesma coisa. O orçamento, que se diz ser um programa de governo, é elaborado e votado na maior balbúrdia e sempre sob a premência dos prazos constitucionais e regimentais. De quem a culpa? Dos congressistas, que procuram defender os seus interesses, do governo, que pretende impor os seus caprichos? Em mínima parte. Se considerarmos os congressistas, veremos que ainda quando patente esteja o seu interesse eleitoral, o que eles pretendem é beneficiar uma região, ou melhorar um serviço. A apreciação do comportamento do governo já é mais complexa, mas se pode conceder que, de modo geral, ele também procura recomendar-se à opinião pública, quando não simplesmente à gratidão dos seus amigos e aderentes. Mas a causa essencial da verdadeira desordem que se verifica por ocasião da elaboração do orçamento é o sistema de governo, que, em vez de por em contacto os dois poderes — legislativo e executivo — pelo contrário os opõe. No sistema parlamentar isto não ocorre, nem pode ocorrer; natural e necessária é a colaboração entre eles e tudo procede coerentemente, porque, sendo o orçamento um plano de governo, o parlamento ou o aceita sem grandes modificações, ou despede o governo.

A prova de que no sistema está a causa da balbúrdia orçamentária tem-se em que nos Estados Unidos — paradigma do presidencialismo e, até agora, sua única realização aceitável — se observa essencialmente o mesmo fenómeno. A comprová-lo trarei um depoimento mais que autorizado, o do presidente Wilson, em seu clássico livro «Governo Congressional».

Na opinião do grande publicista norte-americano manifesta é a superioridade do sistema britânico como instrumento, não só de legislação, mas também de administração, pois, sob a direcção da comissão permanente de chefes de partido, que é o gabinete, legislativo e executivo se põem um ao lado do outro, em íntima e franca cooperação, enquanto os americanos, preferindo manter o Congresso e os Departamentos administrativos a respeitável distância, só permitem um governo menos direto por maioria de partido e contém a ação dos partidos pela complicada maquinaria legislativa das comissões permanentes.

É, porém, na gestão financeira, onde avultam, para Wilson, os defeitos do sistema americano e mais ressaltam as virtudes do sistema britânico. São os inesgotáveis recursos com que tem contado o Tesouro americano, «recursos mais fáceis de coletar, que de gastar», o que explica se tenha podido suportar tão defeituoso regime. «Da mesma forma que em outras matérias de legislação — diz ele — assim também nas finanças temos muitos chefes que atuam sob uma responsabilidade mui confusa e ineficaz. Como é natural sob um ministério como este, a nossa política financeira foi sempre muito variável, tendo-se, além disto, com frequência afastado do caminho da prudência e da previsão».

«Ninguém assume a responsabilidade da política do governo — diz ele em outro passo. Uma dúzia de homens a inicia; uma dúzia de transações a torce e modifica; e uma dúzia de repartições cujos nomes apenas se sabem fora de Washington, a põe em execução. Este é o defeito no qual, como se terá notado, tenho constantemente insistido».

Assim, não somente sob o aspecto político, como concedem alguns presidencialistas, mas também sob o aspecto administrativo e financeiro, é inequívoca a superioridade do sistema parlamentar. E no sistema presidencial se deve buscar a principal causa da nossa balbúrdia orçamentária.